

Governo usa conversão como isca

Objetivo é atrair linhas de crédito de curto prazo

Gilberto Alves — 16/4/90

Arquivo

BRASILIA — O governo brasileiro deverá utilizar a conversão dos títulos da dívida externa em investimentos como isca para que os bancos credores da dívida externa garantam tanto o financiamentos das exportações brasileiras de longo prazo, quanto as linhas de crédito de curto prazo. Estas linhas, no valor de cerca de US\$ 10 bilhões, utilizadas no financiamento de importações e exportações, são o calcanhar-de-aquiles do governo na negociação da dívida externa. Se os credores continuarem reduzindo o volume dos empréstimos, como já vem ocorrendo desde o mês passado, para forçar o Brasil a atenuar a moratória da dívida, criarão dificuldades ao programa de estabilização econômica, que tem como uma das pilstras o aumento das importações. Na negociação de 1988, o então ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega obteve dos bancos o compromisso de manter as linhas de curto prazo abertas até o início do próximo ano.

Como os bancos estão ansiosos para se livrar dos títulos da dívida externa brasileira, o Ministério da Economia concederá aos credores a oportunidade de converterem parte destes papéis duvidosos em investimento no Banco do Comércio Exterior, que deverá operar a partir de 1991. Em contrapartida, exigirá que as instituições participantes mantenham em pleno funcionamento as linhas de curto prazo. Segundo o secretário-adjunto de Economia, João Cunha, a maior parte dos credores estrangeiros está acompanhando com grande interesse o projeto do Banco do Comércio Exterior, e seus representantes já foram avisados de que os recursos para a capitalização da instituição não poderão ser desviados dos financiamentos de curto prazo. "Todos concordaram tranqüilamente com isso", comenta Cunha. Algumas instituições estão participando até da elaboração do projeto do banco, caso do Citibank, Mitsubishi, Deutsche Bank, Lloyds Bank e Manufacturer Hanover Trust.

Recursos — O Banco do Comércio Exterior, concebido com a nova política industrial, terá como principal função financiar as exportações brasileiras de bens de capital. Estes equipamentos e estruturas indus-

*Zélia espera atrair credor**Cunha: receptividade*

triais, de alto valor e prazos de fabricação que chegam a cinco anos, necessitam de financiamento para ter colocação no mercado externo. Até este ano, o financiador era o Tesouro Nacional mas com a política de combate ao déficit público a tarefa deverá passar ao setor privado, que controlará o banco. As instituições públicas, como Banco do Brasil e BNDES, deverão ter participação minoritária na instituição.

Para captar cerca de US\$ 4 bilhões para que o Banco do Comércio Exterior comece a operar, está sendo analisado um leque de fontes de recursos. Segundo o economista Ricardo Conrado Mesquita, representante da Secretaria da Economia na comissão que elabora o projeto do banco, há outras quatro fontes de recursos, além da conversão. Uma é o dinheiro novo, que também será exigido dos credores que participarem com conversões. Mesquita afirma que os bancos japoneses, por exemplo, se dispõem a conceder linhas de longo prazo, de até 20 anos, desde que sofram um deságio menor sobre os seus títulos no processo de conversão.

Outra fonte são os US\$ 600 milhões que estão retidos no Banco Central desde 1988, referentes à linha denominada **New Money Trade Facility**. Esses recursos foram obtidos dos credores justamente para o financiamento das operações brasileiras de comércio exterior, mas estão blo-

queados até hoje. Dentre as novas idéias que serão apresentadas até o dia 24 de agosto à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, encontra-se a criação de Letras Cambiais, um papel acessível a qualquer investidor, que, se aprovado, será corrigido pela variação do câmbio e cujos recursos captados serão destinados às atividades do Banco.

FMI — Hoje, quando chega ao Brasil a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo começa a contagem regressiva para a obtenção de um sinal verde da instituição ao programa de estabilização da economia. Sem o aval do FMI, as longas negociações com os bancos credores privados e o Clube de Paris, que reúne a dívida do Brasil junto aos governos, se tornarão mais difíceis.

A missão é integrada pelos técnicos Eric Clyfton, Alan Ize, Idelfonso Guajardo e Jorge Guzman, que chegam de manhã no Rio, viajando em seguida para Brasília, onde o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, os aguarda com uma parafernália de papéis e tabelas que desenham o Plano Collor. O FMI vai querer saber como o governo perseguirá o ajuste nas contas públicas capaz de garantir um inêdito superávit fiscal, fixados pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em 1,22% do PIB.